

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS

ENTREVISTA COM JOÃO AMAZONAS¹

Sérgio Soares Braga
Universidade Federal do Paraná

Luciano Cavini Martorano
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO

A entrevista que segue reconstrói um período fundamental para a história do Partido Comunista do Brasil (PCB): a sua reestruturação nos últimos anos do Estado Novo, sua participação no processo eleitoral em 1945 e na Assembléia Constituinte em 1946, seu crescimento no seio do movimento popular e sua conseqüente cassação em maio de 1947. Por último, João Amazonas faz um balanço, no final da entrevista, sobre as perspectivas atuais da inserção do Partido Comunista do Brasil na conjuntura política atual.

PALAVRAS-CHAVE: *João Amazonas; Partido Comunista do Brasil (PCB); Estado Novo; Assembléia Constituinte; democracia; repressão.*

RSP: Nessa primeira parte da entrevista gostaríamos de perguntar como foi, em linhas gerais, a atuação do PCB durante o Estado Novo. Sabe-se que o Estado Novo foi um regime que, pelo menos em sua fase inicial, atingiu duramente a organização dos comunistas, praticamente esfacelou o seu Comitê Central, muitos de seus membros foram presos, deportados, torturados etc. e, no entanto, não obstante a intensa repressão desse regime contra os comunistas, ele não conseguiu destruir a organização do PCB. Então nossa primeira pergunta vai nesse sentido: como o Sr. caracterizaria essa fase inicial do regime estadonovista, e como foi o trabalho de reorganização do PCB durante o Estado Novo, ou seja, como o PCB ressurgiu após o início da década de 1940, passada a fase repressiva mais dura do Estado Novo?

João Amazonas: Para compreendermos essa repressão imposta aos comunistas durante o Estado Novo, é necessário termos em conta que, no período um pouco anterior à implantação do regime estadonovista, nos anos de 1935/1936,

ocorria uma grande movimentação das forças de esquerda em todo o mundo: foi o período, por exemplo, em que se realizou o VII Congresso da Internacional Comunista, orientando de uma maneira mais ampla as forças avançadas de todo o mundo; foi o período também da Guerra Civil Espanhola, da criação da Frente Popular na França com Léon Blum, em suma, foi uma fase de intensificação da luta antifascista em todo o mundo. Todos esses fatores também tiveram sua repercussão no Brasil. E aqui se pode caracterizar a participação nessa ascensão do movimento popular e democrático no mundo, com o lançamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL). A ANL, criada em 1935, em alguns meses de existência exerceu uma grande influência em todo o país. Inclusive ela contava inicialmente entre seus membros com personalidades destacadas da vida política brasileira: autoridades como o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto; alguns militares de alta patente, como, por exemplo, Herculino Cascardo, Roberto Sisson, e vários profissionais liberais e jornalistas de destaque, como, por exemplo, Hermes Lima, dentre outros. Em suma: tudo o que havia de politicamente avançado na época, se agrupava em torno da ANL.

¹ Realizada na sede do Comitê Central do PC do B em São Paulo, em 3 de novembro de 1995.

RSP: Inclusive o presidente de honra da ANL era o Prestes, não era?

João Amazonas: Exatamente. A ANL contou em seguida com a participação de Prestes. Aquele manifesto dele, lançado em Barcelona, na Espanha, para disfarçar sua presença no Brasil (pois ele já estava aqui no Brasil por essa época), teve uma grande repercussão porque o Prestes tinha um enorme prestígio que vinha desde o período da Coluna (ele percorreu quase 25 000 quilômetros pelo Brasil etc.). E tudo isso redundou num crescimento acelerado das forças de esquerda no país. Devo dizer que é nesse momento que o Partido Comunista do Brasil se apresenta mais abertamente para as massas, conseguindo então um grande apoio popular. Embora a ANL não tenha sido comunista, o fato de Prestes ser o presidente de honra dessa organização fazia com que as massas mais ou menos confundissem aliancistas e comunistas quase que como uma coisa só. Eu acho que o Partido, que vivia um pouco, por assim dizer, encerrado em si mesmo pela clandestinidade, com dificuldades de uma atuação mais aberta, teve nesse período um desempenho e uma influência nacionais, ampliou grandemente sua atuação em todo o país. Eu mesmo devo dizer que fui um dos que sofreu essa influência. Eu já tinha lido alguns livros sobre a Rússia, me parecia que um novo mundo estava se criando, mas eu pensava naquela época que essa coisa de Partido Comunista só havia na Europa. E a ANL me trouxe assim para muito perto da existência do Partido no Brasil.

RSP: E como se deu esse primeiro contato do Sr. com o Partido Comunista do Brasil?

João Amazonas: Nessa época eu trabalhava numa empresa (Fábrica Palmeira) em Belém do Pará, inclusive aos domingos. E num domingo à tarde eu estava lendo jornal e vi anunciado: *Realizar-se-á hoje no Largo da Pólvora um comício da Aliança Nacional Libertadora*. Em seguida mudei de roupa e me dirigi ao comício. Fiquei lá assistindo aos oradores, e à certa altura, eu puxei o paletó de um sujeito que estava conversando e perguntei: onde é que fica esse negócio... onde é que se reúne esse Partido de que estão falando? E aí ele me deu o endereço. No outro dia às sete horas da noite eu já estava lá na sede da ANL, onde posteriormente entrei em

contato com membros do Partido. Devo dizer que, desde esse momento, eu não dei outro passo na vida que não fosse no mesmo caminho do movimento revolucionário.

RSP: Então foi por intermédio da ANL que o Sr. ingressou no Partido?

João Amazonas: Perfeitamente. E aí da ANL eu fui imediatamente recrutado para a juventude comunista, para a militância do Partido etc. Mas o que eu quero aqui não é situar a minha entrada no Partido, mas sim sublinhar o papel histórico desempenhado por essa organização de esquerda no Brasil que foi a ANL. Ela trouxe para as grandes massas do país a feição de uma nova organização de combate, fez presente o Partido Comunista para os trabalhadores e para o povo brasileiro. É nesse sentido que eu quero me referir aqui à ANL. A Aliança (ANL) cometeu alguns erros como, por exemplo, o do levante armado de novembro de 1935. Não há dúvida nenhuma que esse levante, que fez sessenta anos a 27 de novembro de 1995, foi precipitado. Ele ocorreu fundamentalmente nos quartéis; as massas não tiveram sequer a possibilidade de se engajar no movimento. Foi uma conspiração de quartel, que durou muito pouco tempo. Mais tarde, fazendo um exame disso, achamos que foram cometidos alguns erros; que respondemos de uma forma voluntarista (isto é, sem considerar a realidade existente, as possibilidades que tinha o movimento de reagir dessa forma etc.) às provocações de Getúlio (que havia fechado a Aliança em agosto de 35).

RSP: E quais as causas que para o Sr. deram origem a essa resposta voluntarista por parte do PCB e da ANL?

João Amazonas: Isso se deve a uma série de fatores, mas eu acho que deve ser destacada a influência de Prestes. Como se sabe, Prestes era um militar. E ele julgava que tinha (e em certo sentido tinha de fato) uma grande influência nas Forças Armadas. Vieram efetivamente muitos tenentes, capitães, muita gente mais graduada para participar do movimento da ANL. E eu acho que isso fez com que o Prestes e alguns outros dirigentes superestimassem, acreditassem muito no próprio prestígio dele e do Partido nas Forças Armadas, que era realmente um fator positivo, mas não suficiente para desencadear um levante

daquelas proporções. Enfim, o que eu quero dizer aqui é que como resultado disso tudo veio uma brutal reação contra os comunistas, contra os trabalhadores, e contra o povo em geral e as forças progressistas no Brasil. E isso se cruzava com o problema da sucessão presidencial e com o projeto de Getúlio de se manter no poder por mais tempo, porque ele acreditava que estava jogando um papel progressista nos destinos do país, que era chefe de um processo de renovação e de modernização do Brasil e, devido a isso, ele não queria perder o poder de maneira alguma. E a campanha eleitoral de 1937/1938 apresentou dois candidatos de proa: o José Américo de Almeida, que era um elemento de muito prestígio popular, falando uma linguagem do povo, e um outro candidato de São Paulo, o Armando de Sales Oliveira, da UDB (União Democrática Brasileira). E com esses dois candidatos lançados, Getúlio se viu diante da alternativa de ficar fora do poder. Então ele maquinou toda uma estratégia política e, com o apoio das Forças Armadas, a 10 de novembro de 1937, implantou o Estado Novo, que agora vai fazer 59 anos...

RSP: E qual foi a posição do PCB na época em relação à sucessão presidencial?

João Amazonas: Eu não cheguei a conhecer nenhum documento oficial do Partido sobre o assunto, mas nós nos inclinávamos em geral para a candidatura do José Américo. Era um candidato mais popular, com certo tom antiimperialista. Eu me lembro que ele questionava muito: “Onde está o dinheiro?”, e dizia que o dinheiro estava na “*Light*”, coisas desse tipo, muito primárias... Mas nós do Partido nos inclinávamos em certo sentido para a candidatura do José Américo; víamos isso como um meio de ampliar a nossa luta e tirar o Brasil da repressão violenta em que se encontrava. É preciso destacar também que nessa época, havia nas Forças Armadas uma grande apoio para os nazistas: Eurico Dutra, Canrobert, e muitos outros militares, na realidade eram nazistas, defendiam o nazismo, e faziam uma grande pressão sobre Getúlio para que ele se alinhasse com os países do Eixo, com a Alemanha e com a Itália. Devido a essa série de fatores, o Estado Novo apresentou, desde o seu início, um caráter anticomunista, violentamente anticomunista. E, como foi mencionado na sua pergunta, essa repressão alcançou êxitos impor-

tantes, não há dúvida: ela praticamente dizimou, pode-se assim dizer, o Comitê Central, prendeu boa parte da direção central do Partido. Mas ela não atingiu só o Comitê Central. Dizimou também uma grande parte — talvez a esmagadora maioria — das direções do Partido nos estados. Em toda a parte as direções do Partido foram perseguidas, presas, e por um longo período o Partido ficou sem direção. E veja que isso acontece num momento em que o nazismo se preparava para a Segunda Grande Guerra. Ou seja, numa conjuntura em que o PCB precisava jogar um papel importante nestes acontecimentos, o Partido se via praticamente destroçado e duramente atingido pela repressão. Getúlio demonstrava também, pessoalmente, um certo rancor anticomunista. Não sei se ele fazia isso para pressionar os Estados Unidos, ou se realmente pensava dessa forma, mas o fato é que ele chegou ao absurdo de entregar a mulher do Prestes, Olga Benário, à polícia política do Hitler, o que é uma covardia, uma demonstração até de desumanidade. Por isso, esse foi um momento difícil para a nossa pátria. Em 1939 começava a guerra, e nesse momento caíam os últimos elementos da direção do Partido que ainda restavam. Muitos dirigentes (Bangu e outros...) foram presos por volta de 1939. E vários comunistas nos Estados também foram presos. Eu, por exemplo, no dia 9 de novembro fui posto na cadeia juntamente com os demais comunistas no Pará.

RSP: O Sr. nessa época ainda estava no Pará?

João Amazonas: Exato. Eu era um dirigente do Partido no Estado. Nesse meio tempo, os franquistas venceram a guerra civil espanhola, a Frente Popular na França caiu, então se criou uma situação realmente preocupante no mundo todo. E a guerra começa com o Partido nessa situação. Nós, os comunistas, na prisão e a repressão se abatendo duramente sobre o Partido. É claro que vários comunistas tiveram uma conduta heróica na prisão. Prestes, por exemplo, teve uma posição heróica. Marighela também teve uma posição firme, de grande firmeza, nas masmorras do Estado Novo. Mas alguns outros elementos não tiveram a mesma conduta. E, como resultado desse e de uma série de outros fatores, o Partido ficou realmente desarticulado.

Pois bem. Nós vivemos esse período difícil na

história da humanidade (e difícil também aqui no nosso país), e ao mesmo tempo dentro de nós pulsava com força a idéia de que era preciso organizar a resistência. E a resistência não podia se organizar sem a reorganização simultânea do Partido Comunista do Brasil, essa era a idéia que nós formulávamos naquela época. Por isso, em 1941, eu e outros companheiros (Pedro Pomar, Agostinho de Oliveira, Felipe Santiago e outros), que estávamos presos no Pará, fugimos da prisão logo depois que o nazismo atacou a União Soviética. E fizemos, eu e Pomar, uma viagem bastante difícil para a época, porque nós tínhamos que chegar ao Rio, clandestinos, e para isso tivemos de fazer uma longa viagem pelo interior do Brasil, numa época em que não havia caminhos, nem coisa alguma. Entramos mato a dentro e viemos sair em Anápolis, no Estado de Goiás, onde os meios de transporte eram bastante precários. Mas ocorre que, já nessa época, em 1941, a pressão dos Estados Unidos sobre o Brasil era muito forte, porque os norte-americanos não podiam permitir que o Brasil ficasse em posição contrária à dos Estados Unidos; os EUA jamais permitiriam isso... Nós então começamos, a partir de 1940/1941, a reorganizar um mínimo de Partido. Criou-se então a chamada Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) para articular essa reorganização, Comissão essa cujos elementos de mais destaque eram o Amarílio Vasconcelos, Maurício Grabois, Ivan Ramos Ribeiro, Dinarco Reis, o capitão Júlio Sérgio Machado de Oliveira, dentre outros. Depois, chegamos, eu e o Pomar. Em seguida veio o Diógenes Arruda, e outros. E foi assim que se iniciou a reorganização nacional do Partido. Essa Comissão convocou então a “Conferência da Mantiqueira”, com condições mínimas de segurança. E essa Conferência, realizada em 1943, tem uma grande importância histórica, sem dúvida alguma. Porque ela reorganizou o Partido, declarou a reorganização do Partido e, dentre outras coisas, elegeu o Comitê Central, isto é, uma nova direção nacional do Partido. E para esse Comitê Central foram eleitos Prestes e Marighela (que estavam presos), elementos novos (como eu, Pomar, Ivan Ramos Ribeiro, Mário Alves, Arruda Câmara) e outros companheiros com essa característica: eram em geral representantes de direções estaduais que se reaglutinaram para organizar o Partido em

nível nacional, nas duras condições da clandestinidade.

RSP: E esse processo de reorganização estava centralizado onde?

João Amazonas: No Rio, estava centralizado no Rio. A gente procurou o que restava do Partido nos estados a partir do Rio de Janeiro. No Pará, em Pernambuco, na Bahia (que deu uma grande ajuda), no próprio Rio, em Minas. Eu mesmo havia ido para Minas um ano e meio antes para reorganizar o Partido. Depois pegamos uns contatos no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o Arruda tinha alguns contatos aqui em São Paulo etc. Então, não eram delegados eleitos por um coletivo partidário. Eram elementos, por assim dizer, ainda “soltos” da organização que se encontravam para começar a reestruturação do Partido. E a Conferência, a meu ver, foi um sucesso. Realizou-se em condições realmente precaríssimas, quer dizer, o local era dos mais precários que se possa imaginar... Mas ninguém pensava no local e nem nas condições de desconforto na Conferência. A nossa idéia na época, nós fervíamos de entusiasmo em poder reestruturar, para as grandes batalhas de nosso tempo, a organização de vanguarda do proletariado. Esse era o espírito dominante na Conferência.

RSP: O Sr. poderia dar mais detalhes de como foi a organização da Conferência?

João Amazonas: Como eu disse, a Conferência foi organizada basicamente a partir do que restava das direções do Partido nos estados: por exemplo, no Pará havia alguma coisa de organização mínima do Partido que nós tínhamos deixado por lá. A Bahia não perdeu de todo os elementos que existiam; aí atuavam sobretudo o João Falcão, Giocondo Dias, Caires de Brito e outros. Esses elementos também foram contatados. No Rio, alguns companheiros tinham saído da prisão: Grabois tinha cumprido dois anos de prisão e tinha sido posto em liberdade nesse momento; também Ivan Ramos Ribeiro — que era tenente da Aeronáutica —, havia cumprido pena e tinha saído. Arruda não chegou a ser preso e estava em São Paulo, junto com Armênio Guedes; tratavam de reestruturar alguma coisa nesse estado. Eu também fiz uma viagem ao Rio Grande do Sul (com certo êxito) para recrutar lá os elemen-

tos que existiam naquela ocasião, em geral de perfil intelectual; também passei pelo Paraná e consegui trazer dois elementos daquele Estado. E assim, através desse trabalho, foram-se agrupando os elementos que posteriormente iriam participar da Conferência da Mantiqueira e em geral ocupar os novos postos de direção do Partido. Eu não me recordo exatamente — afinal, são acontecimentos que se passaram há mais de 50 anos — quantos elementos participaram. Acho que devem haver documentos registrando isso, não sei onde, mas deve haver... Porque eu, por exemplo, do ponto de vista da fixação das minhas idéias, as minhas anotações, as minhas bibliotecas, os meus escritos, tudo isso eu tinha que refazer de vez em quando ou, senão, eliminar por causa da militância clandestina e das perseguições da polícia...

RSP: Nessa época os comunistas ainda estavam na clandestinidade, apesar da aproximação de Vargas com os Aliados?

João Amazonas: Sim. E todas as regras da clandestinidade tinham que ser respeitadas, porque senão podia haver graves prejuízos para a organização. Em função da Conferência nós fomos transportados de trem para Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro, que era o ponto inicial que levava para o local da Conferência. Eu me recordo, por exemplo, que os meios utilizados para transportar os delegados eram bastante precários: tinha um fordzinho muito ruim de duas portas que levava quatro pessoas muito apertadas de cada vez. Coisas assim... As condições materiais nas quais se deu todo esse trabalho eram difíceis, muito difíceis. Mas nós não estávamos preocupados com isso... A Conferência não só elegeu a direção do Partido, como também traçou uma linha política. E essa linha então definida tinha como centro o problema da União Nacional: a Conferência lançou a palavra de ordem de *União Nacional para a Guerra*. Um pouco depois da Conferência, surgiu também a idéia de *União Nacional para a Guerra e para a Paz*. Alguns elementos (eu, por exemplo) fomos contra esse acréscimo “para a paz”, mas foi essa a linha que acabou prevalecendo. E logo após o término da Conferência, começamos a ter uma atuação política e de massa mais ativas...

RSP: E havia alguma resistência dos antigos

dirigentes comunistas a esse esforço de reorganização do PCB empreendido por esse novo núcleo dirigente? Porque parece que havia inclusive um grupo liquidacionista que, sob o pretexto da União Nacional, queria acabar com o Partido Comunista.

João Amazonas: É. A resistência mais importante a esse esforço de reorganização veio do chamado grupo liquidacionista, que já havia começado desde o início da década de 40 a se opor à reorganização partidária, principalmente entre alguns comunistas que estavam na prisão. Nesse período, constituiu-se uma grande frente mundial contra o nazismo, com a participação ativa das três grandes potências (os Estados Unidos, a União Soviética e a Inglaterra), capitaneadas por Roosevelt, Churchill e Stálin, que formavam uma tríade de destaque e de grande prestígio nos acontecimentos da guerra. Nesse momento, justamente quando se criava uma ampla frente para a luta contra o nazismo, começou a aparecer uma tendência no movimento comunista internacional de buscar um caminho pacifista, de colaboração de classes, e que chegava a negar o próprio Partido. Pensavam seus partidários que se devia criar outra coisa, que o Partido já atrapalhava naquela altura; que se haviam criado condições novas no mundo, e que nessas novas condições não havia mais espaço político para o Partido Comunista. E essa corrente teve como expoente um comunista americano chamado Earl Browder, que deu origem ao “browderismo”, como se dizia na época. Essa linha política teve influência também no Brasil; ela repercutiu fortemente na cadeia, e uma grande parte dos antigos e conhecidos dirigentes acabaram aceitando a tese do liquidacionismo. O liquidacionismo era uma corrente perigosa que teve certa influência entre alguns antigos dirigentes do Partido e entre os comunistas que estavam na prisão. Prestes, incommunicável, não participava disso.

RSP: E o Sr. se recorda de alguns representantes do liquidacionismo no Brasil?

João Amazonas: O principal representante do liquidacionismo no Brasil foi Fernando Lacerda, que tinha chegado da União Soviética, e que era o nosso representante na III Internacional; uma personalidade de destaque na direção do Partido, e que foi um dos defensores mais ativos do

liquidação. E vários outros dirigentes também que se inclinavam para essa linha... A CNOP, essa organização que fez a Conferência da Mantiqueira, jogou justamente esse papel: ela foi o aríete que atacou o liquidação e destruiu essa corrente. E com a anistia, Prestes passou a apoiar a corrente do Partido, a se integrar com o Partido. A grande esperança liquidação era a de que o Prestes pudesse vacilar ou ficar do lado dos liquidacionistas, mas isso não aconteceu, ele ficou do lado do Partido. E por isso, o liquidação foi esmagado, arrastado enquanto corrente política.

RSP: E após a Conferência da Mantiqueira, como foi a atuação do PCB?

João Amazonas: Após a realização da Conferência da Mantiqueira se iniciou uma nova fase na vida do Partido. Começamos a ter uma atuação mais aberta em várias frentes políticas, o que possibilitou um crescimento acelerado do prestígio político do Partido entre as massas. Começamos a atuar, por exemplo, em várias associações de apoio ao esforço de guerra brasileiro: atuamos na Liga de Defesa Nacional, no Rio; em São Paulo, na Sociedade de Amigos da América (que era presidida por Manuel Rabelo, um general democrata) etc. Uma das proposições que o Partido defendeu com maior vigor na época foi a questão da ida da Força Expedicionária do Brasil para a Itália, porque havia um grande ódio popular contra o nazismo, eles tinham afundado vários navios brasileiros, e nós achamos que não devíamos ficar na expectativa. Por isso, fizemos uma grande campanha em torno da ida da Força Expedicionária para a Europa. Demos uma grande ajuda nesse terreno, estou convencido disso, e a sustentação mesma do apoio à FEB, depois que ela desembarcou na Europa, teve por parte dos comunistas uma contribuição destacada, que não pode ser negada. Inclusive nós enviamos alguns companheiros do Partido para a FEB: o companheiro Jacob Gorender, por exemplo, é um deles; foi indicado pelo Partido. E vários outros elementos do Partido também participaram do esforço de guerra brasileiro. Teve um sargento aqui de São Paulo, sargento Gervásio, que inclusive foi suplente de deputado posteriormente, chegando até a atuar na bancada durante um certo período. Quer dizer, o Partido

também enviou diversos de seus militantes para participar diretamente do esforço de guerra brasileiro.

Toda essa movimentação e mais as grandes vitórias obtidas no plano internacional pela União Soviética, tudo isso contribuiu para o amplo sucesso do esforço de organização do Partido que foi empreendido a partir da Conferência da Mantiqueira. Outro aspecto que deve ser sublinhado é que Getúlio daí por diante mudou de posição. Getúlio teve que fazer concessões aos Estados Unidos, fez um acordo segundo o qual o Brasil entraria na Guerra, mas os Estados Unidos ajudariam a construir a Usina de Volta Redonda no Brasil; esse inclusive foi um dos principais acordos que determinaram a entrada do Brasil na Guerra. Então, Getúlio passou para posições mais próximas às das reivindicações do movimento popular, e passou também a querer conquistar o apoio das massas. Tudo isso fez com que o ambiente no país mudasse da noite para o dia. E aí pelo final de 1944 e início de 1945, já havia uma certa liberdade, já se podiam fazer alguns comícios, e nós mesmos já atuávamos numa relativa legalidade... E a anistia veio em abril de 1945. Com a anistia então houve uma mudança bastante importante na situação, porque foram postos em liberdade vários dirigentes importantes do Partido, como Prestes (que era o grande chefe do movimento revolucionário na época), Marighela e outros.

RSP: E o Prestes teve alguma influência na elaboração dessa linha política de “União Nacional” definida pela Conferência da Mantiqueira?

João Amazonas: Na elaboração da orientação política propriamente dita ele não teve influência. Prestes começou a ter uma influência efetiva a partir de sua libertação, com a Anistia, que foi a 18 ou 19 de abril de 1945, quando já estávamos próximos do final da guerra. E quando o Prestes saiu da prisão nós lhe entregamos o comando, e ele passou a ser de fato o principal dirigente do Partido. Porque, antes, o Secretário-Geral que nós havíamos eleito na Conferência era o José Medina Filho. Medina era um marítimo, pertencia ao setor marítimo, tinha inclusive estado preso... Mas, depois, ele não correspondeu ao que dele se esperava. E, com a libertação do Prestes, este assumiu a direção efetiva do Par-

tido. E aí começou também um outro período histórico; começou uma outra fase da vida do Partido, e da vida nacional também. Com a liderança do Prestes (que tinha um enorme prestígio político na época, seja pelo seu passado de lutas, seja pela sua conduta exemplar durante a prisão), abriu-se uma nova etapa na vida do Partido, pois pela primeira vez ele viria a ter de fato existência legal. Nós optamos por abrir uma sede, e fizemos uma série de grandes comícios pelo país, que foram os maiores que haviam se realizado no Brasil até então: um em São Januário, no Rio (para cem mil pessoas, se não me engano); outro aqui no Pacaembu, em São Paulo, no qual inclusive participou o poeta chileno Pablo Neruda (que fez um discurso que causou sensação na época, declamando um poema *Al gran capitán*, sobre o Prestes). Fizemos também um dos maiores comícios da história de Pernambuco (no Largo 13 de maio). Em seguida, abrimos a sede do Partido; botamos a placa bem visível, ali no Flamengo, e aí começou a reestruturação em massa do Partido. Em suma, essa foi uma nova fase na vida do PCB. O Partido apareceu no Brasil, sob a bandeira do Prestes, como uma organização avançada, nacional-libertadora, socialista etc., que teve um grande apoio de massas no período, atuando em diversas frentes. Um pouco antes da saída do Prestes da cadeia, nós lançamos o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores). E o MUT teve também um grande sucesso; ganhou apoio de uma infinidade de sindicatos em quase todo o Brasil, principalmente no Rio. O Movimento Unificador dos Trabalhadores teve uma atuação de destaque no período, conseguindo aglutinar os sindicatos mais importantes da época. Pouco depois de sua fundação, o MUT chegou a organizar um Congresso Nacional para criar a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros), já durante os trabalhos da Assembleia Constituinte. E esse foi o maior congresso sindical que havia se realizado até essa época no Brasil, no movimento operário. Reuniu mais de 2.000 delegados de todo o país, e o Partido jogava um papel importante nessa reorganização do movimento sindical. O general Dutra, que então já tinha sido eleito presidente da República, numa atitude fascista, acabou mandando fechar, mandou liquidar o Congresso à força, inclusive fazendo intervenção em várias cente-

nas de sindicatos, num ato de uma brutalidade insólita.

RSP: E como foi formado o MUT? Ele foi crescendo de um movimento previamente existente, ou foi um movimento organizado pelo PCB?

João Amazonas: Veja bem: o MUT não existia antes. Ele foi criado justamente para ver se unificava o movimento sindical. E como o Partido recebeu apoio de muitos sindicatos na época, nós procuramos então criar uma organização que desse forma concreta ao movimento unificador, e que em seguida se transformasse numa Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros, que seria a CGTB (que, como eu disse, foi fechada no governo Dutra).

RSP: E qual foi a sua atuação no MUT? O Sr. chegou a ocupar algum cargo no MUT?

João Amazonas: Eu fui um dos organizadores e dirigentes do Movimento Unificador dos Trabalhadores. Eu nunca tentei ser presidente, nem ocupar cargos de cúpula ou coisas desse tipo. O presidente do MUT era o presidente do Sindicato dos Marceneiros do Rio de Janeiro. Eu me lembro muito bem do nome dele, chamava-se Barroso, um excelente companheiro, que tinha um grande prestígio nos meios sindicais. Havia também uma série de outros líderes sindicais de destaque no MUT como, por exemplo, o Spencer Bittencourt. O Partido também criou uma imprensa popular. Publicávamos vários jornais na época, inclusive alguns deles de circulação diária como, por exemplo, o Tribuna Popular, com grande sucesso em todo o país e principalmente no Rio de Janeiro. Então o movimento sindical, a imprensa, os grandes comícios que se realizavam mostravam que o Brasil se inclinava, digamos assim, para soluções democráticas, para liquidar com o regime de opressão que havia vigorado durante o Estado Novo. E Getúlio passou a, de certo modo, apoiar esse movimento. Aos poucos foi compreendendo que o ponto de apoio dele deixava de ser os fascistas, os reacionários, e que ele tinha que se apoiar nesse movimento popular. Aliás, diga-se de passagem, Getúlio nunca teve contato direto com Prestes. Muita gente diz que ele entrou em contato com Prestes, mas isso não ocorreu.

RSP: Não houve barganha ?

João Amazonas: Não, não houve nada disso.

RSP: E esse processo de aproximação do Vargas com o PCB se deu como?

João Amazonas: Deu-se mais na parte prática, no dia-a-dia do movimento de massas. Nós tínhamos algum contato com Agamenon Magalhães, que era o ministro da Justiça de Getúlio, e que recebia a qualquer momento representantes do Partido, inclusive Prestes; trocávamos idéias etc. Mas contato direto com Getúlio não houve. Que eu saiba, não houve. Devo dizer que se criou um ambiente realmente de grandes esperanças no Brasil: os comícios se repetiam por toda a parte, havia uma grande empolgação e mobilização popular. Outro dia eu estava até comentando com um companheiro que hoje para se fazer um comício, tem de haver uma preparação durante três ou quatro semanas, organizar meticulosamente cada detalhe etc. Naquela época você botava um cartaz de manhã no Largo do Machado no Rio: Hoje, comício às 19:00 horas. E à noite tinha trinta/quarenta mil pessoas presentes. O ambiente era esse!

RSP: E nessa época já ocorriam greves no país?

João Amazonas: Sim, já ocorriam greves.

RSP: E o PCB apoiava essas greves?

João Amazonas: Apoiava. O PCB fazia parte do movimento democrático e sindical da época. É nesse período que fascistas como Dutra e outros elementos reacionários começaram a ver com desconfiança essa movimentação dos comunistas e o grande êxito do movimento democrático no Brasil. Consideravam que Getúlio era um incentivador, indiretamente, desse movimento. Getúlio, naturalmente, se propunha a ser também novamente candidato à Presidência da República, e precisava de apoio popular. Ele jogava em várias frentes, era um político bastante astuto. Getúlio criou o PSD (Partido Social Democrático) que era um partido conservador, reunia os getulistas mais conservadores. Mas Getúlio organizou também o Partido Trabalhista (PTB) que era um partido de base mais urbana. Inclusive ele chegou a dar uma entrevista no Rio de Janeiro, dizendo abertamente: “Eu criei o Partido Trabalhista para impedir que essas grandes massas que se deslocam buscando as posições de esquerda acabem no Partido Comu-

nista. O Partido Trabalhista é uma espécie de estuário no meio do caminho, para recolher essa massa e impedir que ela chegue no Partido Comunista”. Ele chegou a declarar isso ou coisa parecida.

RSP: E não obstante essas declarações do Vargas hostis aos comunistas, o PCB continuava apoiando a política de União Nacional, se aproximando de Vargas, e atuando no movimento que ficou denominado como “queremista”?

João Amazonas: Certo, certo. Mas isso até certo ponto era natural, porque Prestes na ocasião era o aliado mais forte do Getúlio, defendia esse apoio a Vargas, e Getúlio de fato merecia esse apoio, porque se inclinava para posições progressistas e mais próximas ao movimento popular. Além disso, Getúlio havia iniciado a construção de Volta Redonda, que era uma antiga reivindicação do movimento nacionalista e do Partido. Então essa e uma série de outras iniciativas criavam um ambiente muito propício ao Getúlio, principalmente esse problema da siderurgia nacional. Quanto ao movimento “queremista” (Queremos Getúlio!), o Partido não participou desse movimento, que foi organizado fundamentalmente por bajuladores de Vargas.

Pois bem. Nesse meio tempo, o PCB foi crescendo, o Brasil mudando de rumos aceleradamente, e então os militares responderam com aquele velho processo de reagir ao ascenso do movimento popular desencadeando um golpe de Estado. Desencadearam o golpe de 29 de outubro, e puseram Getúlio para fora. Getúlio, uma vez deslocado do poder, fez um acordo com o PSD e com Dutra: ele apoiaria a candidatura do Dutra (imagine o Getúlio, sendo derrubado pelo Dutra e ao mesmo tempo fazendo um acordo com ele) e na próxima eleição as forças dutristas apoiariam a candidatura de Getúlio; havia essa coisa articulada por eles na época. Então houve o golpe, e o golpe era diretamente dirigido contra as forças progressistas (contra nós, contra Getúlio, contra o movimento sindical etc.).

RSP: E houve alguma tentativa de resistir ao golpe, os comunistas procuraram se opor a esse golpe de alguma forma? Qual o efeito que esse golpe de 29 de outubro teve sobre os comunistas?

João Amazonas: O golpe foi algo assim de al-

gumas horas. Eles tinham a força na mão, tinham toda a máquina. Então, botaram os tanques nas ruas, ocuparam o Rio de Janeiro todo e renderam Getúlio. Foi algo muito abrupto e inesperado, não deu tempo sequer de organizar uma reação. E responder a isso com uma greve, naquela altura, era fazer uma provocação contra os militares mais conservadores; eles poderiam aproveitar para ir em cima dos comunistas. Eles bem que tentaram fazer com que o Partido saísse dos eixos para ir em cima do Partido. Mas o Partido compreendeu que era melhor concentrar suas forças nas eleições e lutar pela Assembléia Constituinte. Se não me engano, no dia 2 de novembro foi convocada a Assembléia Constituinte, e as eleições marcadas para o dia 2 de dezembro. E nós apressadamente tivemos que tomar uma posição e nos organizar para o processo eleitoral. Tivemos que decidir, principalmente, sobre o problema da eleição presidencial, que foi uma questão bastante discutida. Na hora, surgiram os dois candidatos, que eram o Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes. O brigadeiro Eduardo Gomes era o candidato da UDN. E o Dutra era o candidato do PSD, que terminou sendo apoiado pelo Getúlio. O Partido chegou então à conclusão de que não devia apoiar nem um nem outro, que devia lançar uma candidatura própria. E a meu ver foi discutível, bastante discutível, a correção dessa atitude.

RSP: E como surgiu a candidatura do Yedo Fiúza? Porque ele não era filiado ao PCB...

João Amazonas: Não, não era. Yedo Fiúza era um homem do Getúlio. Até se dizia na época que ele era “da copa e da cozinha” do Getúlio. Era muito ligado a Getúlio. E eu acho que foi por isso que Prestes o escolheu. Prestes teve uma grande influência na escolha do Fiúza, foi praticamente uma decisão pessoal dele. O Yedo Fiúza era um engenheiro muito ligado a Getúlio, e eu acho que Prestes imaginava que através dele poderia atrair o apoio de massa do Getúlio para o candidato do Partido, Yedo Fiúza.

RSP: E havia na época a expectativa dos comunistas de vencer de fato as eleições?

João Amazonas: Não havia propriamente uma expectativa de vencer, mas havia em certo sentido essa opinião muito pessoal do Prestes de que Getúlio pudesse apoiar o Yedo Fiúza.

Mas desde o primeiro momento verificou-se que Yedo Fiúza não tinha condições políticas, nem pessoais, para fazer uma campanha daquela envergadura. Falava mal, era um homem que não sabia se portar direito perante as massas, sequer o sorriso dele era espontâneo. Enfim, um mau candidato. Até hoje se discute o problema sobre se foi justo ou se não foi justo o lançamento da candidatura Fiúza. Nossa opinião é de que essa não foi a melhor política a ser seguida...

RSP: E qual a política que o Sr. acharia mais acertada para o momento?

João Amazonas: Eu acho que se nós tivéssemos de apoiar um candidato não-comunista, deveríamos ter indicado o Eduardo Gomes...

RSP: Eduardo Gomes?

João Amazonas: Eu acho que sim. Porque Eduardo Gomes, mesmo estando apoiado por várias forças conservadoras, era, em certo sentido, como candidato, um elemento democrático, tinha uma certa postura democrática. Era um homem que vinha dos Dezoito do Forte, tinha um passado político significativo, e pessoalmente era um tipo democrático. Já o Dutra era um fascista reconhecido. Acho que, talvez, o mais correto seria nós termos apoiado o brigadeiro. De fato era uma decisão difícil de ser tomada. A própria UDN, antes de ser um partido democrático, era um partido conservador, composto por banqueiros, usineiros, proprietários de terras, enfim, por certos setores que eram os mais conservadores e retrógrados das classes dominantes brasileiras. E foram todas essas contradições que nos levaram a lançar a candidatura Yedo Fiúza, que foi um fracasso. Mas, apesar desse fracasso da candidatura Fiúza, de uma maneira geral as eleições resultaram num grande êxito do Partido.

RSP: E parece que havia alguns comunistas de São Paulo que chegaram a apoiar a candidatura de Eduardo Gomes, não havia?

João Amazonas: Sim, houve certos movimentos isolados, mas que não chegaram a afetar o conjunto do Partido. Mas de qualquer maneira havia essa contradição. As forças que sustentavam o brigadeiro eram anti-Getúlio. E Getúlio se apresentava nessa ocasião como um elemento democrático, como o elemento que estava conduzindo a abertura democrática no país e

ampliando o campo de movimentação política das massas trabalhadoras, compreende? Então, apoiar essas forças agrupadas em torno do brigadeiro significava estar contra Getúlio. Apoiar o Dutra nós não podíamos, porque o Dutra era um reacionário consumado. Mas poderíamos ter pensado em outras alternativas na época. Poderíamos, por exemplo, ter lançado o próprio Prestes, que era a principal liderança comunista nacional. Havia também um professor de Direito de Niterói, um advogado democrata, próximo ao Partido e muito respeitado na época (não me recordo exatamente o nome), que também possuía um bom perfil de candidato. Enfim, haviam outras alternativas melhores do que a de lançar uma pessoa assim tão inócua, tão anódina, como Yedo Fiúza para uma campanha daquela envergadura.

RSP: E as eleições para a Constituinte?

João Amazonas: Bom, outro aspecto importante do resultado da campanha eleitoral foi a questão da eleição dos deputados para a Assembléia Constituinte. O Partido elegeu uma bancada de 14 deputados e um senador, então a 1ª bancada eleita por um Partido Comunista na história política brasileira. O Partido conseguiu então o maior êxito eleitoral que até hoje já teve no Brasil, porque nós alcançamos na época cerca de 9% da votação nacional. Em época nenhuma o Partido teve mais uma votação dessa magnitude. Embora o eleitorado fosse ainda relativamente pequeno, a lei eleitoral da época teve alguns aspectos democráticos que possibilitaram uma ampliação da participação das forças de esquerda nas eleições. Por exemplo, um mesmo indivíduo podia ser candidato por vários Estados. Getúlio, por exemplo, foi candidato a senador em vários Estados. O Prestes também foi candidato a senador pelo Distrito Federal e, simultaneamente, candidato a deputado federal em vários outros Estados brasileiros. Quer dizer, haviam os chamados puxadores de voto, que eram as lideranças políticas que tinham expressão maior a nível nacional e polarizavam as atenções do eleitorado. E devido a esses e a outros fatores, o Partido Comunista elegeu uma grande bancada.

RSP: Foi uma vitória eleitoral então, nesse aspecto?

João Amazonas: Foi uma grande vitória eleito-

ral. Elegemos três deputados em Pernambuco (Alcedo Coutinho, Agostinho Oliveira e Gregório Bezerra); um na Bahia (Carlos Marighela); um senador (Prestes) e três deputados no Distrito Federal (eu, Maurício Grabois e Batista Neto); dois deputados no Rio (Claudino Silva e Alcides Sabença); quatro deputados aqui em São Paulo (Caires de Brito, José Maria Crispim, Jorge Amado e Osvaldo Pacheco); um deputado no Rio Grande do Sul (Abílio Fernandes). Então esse foi o saldo geral que nós tivemos das eleições de dois de dezembro de 1945: conseguimos eleger uma bancada de quinze constituintes que, dentro das circunstâncias da época, era relativamente numerosa.

RSP: E esse contexto de instalação da Assembléia Constituinte, esse interregno entre a eleição presidencial e o funcionamento da Assembléia Constituinte, parece que foi um período bastante agitado, não foi? Houve um pleno do PCB em janeiro e, em fevereiro, eclodiu uma grande greve a nível nacional que foi a greve dos bancários. O Sr. mesmo, inclusive, logo no início dos trabalhos constituintes, defendeu um requerimento sobre a greve dos bancários... Como foi esse contexto de instalação da Constituinte?

João Amazonas: É. Inclusive esse requerimento de apoio à greve nacional dos bancários formulado pela bancada comunista foi o primeiro requerimento a ser votado na Constituinte de 1946. Podemos dizer também que se inicia um novo período na história de nosso Partido e na história política brasileira. A instalação da Assembléia Constituinte, em que aparecia uma corrente assim tão avançada, como a dos comunistas, organizada legalmente, marca um novo período no Brasil, sem dúvida alguma. A primeira coisa a se observar é que, de uma maneira geral, ninguém em nossa bancada tinha experiência parlamentar. Éramos todos estreantes no Parlamento e, praticamente, não poderia ser de outra forma, já que o Partido emergia de uma dura clandestinidade, e muitos de nós éramos jovens. A maioria da bancada tinha entre 30 e 40 anos, então. E ocorria um fato interessante naquela época, e de certa maneira singular na história política brasileira (onde em certos casos o Legislativo é mais conservador do que o Executivo): porque o Brasil tinha eleito um presidente extremamente reacionário, fascista, como o Dutra,

mas ao mesmo tempo tinha eleito uma bancada de esquerda numerosa para a época, e inclusive muitos elementos populares, democráticos, haviam sido eleitos em outras legendas que não o PCB.

Pois bem. O período da Assembléia Constituinte, foi um período de muitas lutas, dentro e fora da Constituinte. Ao contrário do que geralmente se difunde, esse não foi um período de “paz social”, mas de intensas lutas, dentro e fora da Constituinte. Podemos mesmo dizer que o próprio ato de instalação da Assembléia foi marcado por uma dura batalha política travada pelos comunistas. Principalmente pelos comunistas. Naquele cenário em que estavam presentes ministros de Estado, generais, almirantes, brigadeiros, diplomatas, cardeais, bispos, enfim, autoridades que geralmente são consideradas as “elites” da sociedade, todos encontravam-se no Palácio Tiradentes (que era onde funcionava a Constituinte) para assistir às sessões preparatórias à instalação da Assembléia Constituinte. Naquela época, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral era Valdemar Falcão e, pela lei, ele assumiu a presidência da Constituinte para iniciar os seus trabalhos. E aí nós travamos uma batalha que marcou época. Maurício Grabois (um destacado dirigente comunista que mais tarde foi assassinado na guerrilha do Araguaia) foi o primeiro orador da Constituinte. E a nossa batalha então era a seguinte: nós havíamos defendido, durante a campanha eleitoral, uma Assembléia soberana. E ela deixaria de ser soberana se tivesse na presidência das sessões de instalação de seus trabalhos um elemento estranho ao Legislativo, às forças que foram eleitas pelo povo. Por isso, nós nos posicionamos veementemente contrários à que Valdemar Falcão assumisse a presidência, e propomos que o decano da Assembléia (ou seja, o elemento mais idoso em plenário), assumisse a direção dos trabalhos de instalação. Pois bem. Em decorrência disso, travou-se uma verdadeira batalha em plenário. Falou Maurício Grabois (que, como eu disse, foi o primeiro orador a tomar a palavra durante os trabalhos da Constituinte de 1946), falei eu, falou Marighela, falou Jorge Amado, falou também Café Filho (que posteriormente viria a ser inclusive Presidente da República), todos os oradores batendo sempre na mesma

tecla: defendendo que a Assembléia deveria ser soberana, que deveria elaborar imediatamente seu próprio Regimento Interno, e que não deveria ser instalada por um “corpo estranho” (era a expressão que se utilizava na época, inclusive pela imprensa) ao grupo de legisladores eleitos pelo povo. Creio inclusive que tudo isso se encontra registrado nos “Anais da Assembléia Constituinte de 1946”, que foram publicados pela Imprensa Nacional. Naturalmente, a grande maioria da Assembléia Constituinte repudiou as nossas propostas e permitiu que Valdemar Falcão dirigisse os trabalhos iniciais. Mas devemos considerar que essa primeira batalha marcou época e serviu para mostrar, desde o início dos trabalhos constituintes, a combatividade de nossa bancada.

RSP: Então, desde o início dos trabalhos constituintes, já houve uma reação negativa às propostas apresentadas pelos comunistas?

João Amazonas: Exatamente. Inclusive toda essa discussão repercutiu amplamente, tanto dentro como fora da Constituinte. E naquela época estava-se dentro de um ambiente em que, para defender uma tese dessa natureza, em meio a todas aquelas autoridades, em meio a toda aquela hostilidade e ao mesmo tempo curiosidade sobre a primeira bancada comunista da história brasileira, era preciso ter muita coragem política. Os trabalhos da Constituinte foram todos eles uma demonstração de grande combatividade da nossa bancada. Ela puxava as discussões, ela encaminhava, polarizava, centralizava mesmo em muitos aspectos, a discussão da Assembléia Constituinte, não obstante sermos apenas 15 constituintes de um total de mais de 300. E havia uma novidade na época: as galerias da Assembléia Constituinte estavam sempre superlotadas. Raramente se encontrava lugar vago. Eu tenho a impressão que a Constituinte se transformou quase que numa atração turística à época. Ninguém ia ao Rio, que era a capital da República, sem assistir uma sessão da Assembléia Constituinte no Palácio Tiradentes.

RSP: Mas, consultando os “Anais” da Assembléia Constituinte de 1946, podemos constatar que o presidente da Constituinte, Fernando Melo Viana (PSD/MG), mandou evacuar algumas vezes o recinto constituinte, quer dizer, houve

uma reação conservadora a essa presença popular no recinto da Assembléia.

João Amazonas: Exato. Inclusive nós éramos constantemente chamados para facilitar a entrada de algumas pessoas, porque logo cedo os funcionários da Câmara tinham ordem de impedir a entrada de mais gente, pois as galerias já estavam superlotadas. Mas, de uma maneira geral, permitiu-se a presença do povo nas galerias. E, de fato, houve uma grande presença popular no plenário constituinte. Acho que isso já é um fato em si mesmo eloqüente para mostrar o interesse popular existente na época em conhecer a Constituinte e também a bancada do Partido. Afinal, nós éramos muito malquistos pela imprensa e pela repressão policial. Hoje em dia não se pode imaginar o que era a virulência da campanha anticomunista naquele período, e isso terminava gerando uma curiosidade popular em torno de nossa bancada, despertava um interesse muito grande em nossa bancada. Penso então que nossa bancada jogou um papel de primeiro plano durante os trabalhos constituintes. O líder de nossa bancada era Maurício Grabois, que foi um grande líder, um grande combatente. E a bancada tinha como vice-líder Osvaldo Pacheco, um estivador de Santos, um autêntico proletário; um sergipano que imigrou para São Paulo para trabalhar e se tornou estivador no porto de Santos, onde passou a atuar no movimento sindical. Foi eleito com os votos dos trabalhadores santistas (ele tinha um grande prestígio no movimento sindical). Pois bem. Osvaldo Pacheco se transformou num verdadeiro vice-líder de bancada! Ele não estava ali apenas ocupando um cargo formal, como fazem boa parte dos vices; ele revelou-se um homem capaz de coordenar o trabalho, de se orientar autonomamente, de participar de todo o trabalho político, e jogou um grande papel na Constituinte, não se deixando intimidar pela presença dos representantes das classes dominantes na Assembléia.

RSP: Inclusive ele era um dos deputados mais jovens da Constituinte, não era? Tinha uns 29 anos na época...

João Amazonas: É. Ele faleceu recentemente. O elemento mais jovem que havia na Constituinte era o Aluísio Alves, da UDN do Rio Grande do Norte...

RSP: E qual era a atuação do PCB em relação ao movimento grevista da época? Porque, lendo os “Anais” da Constituinte, nós vemos que freqüentemente os comunistas ocupavam a tribuna para manifestar-se sobre o movimento grevista na época...

João Amazonas: É. Nós procurávamos, na medida do possível, dar cobertura ao movimento grevista, protestávamos contra as violências que eram cometidas e buscávamos apoiar as reivindicações do movimento popular. A propósito, diga-se também que esse período da Constituinte foi um período de uma enorme brutalidade repressiva, que nem sempre é destacado. Mataram cerca de 30 comunistas durante o período da Constituinte...

RSP: Em pleno processo constituinte houve esses assassinatos?

João Amazonas: Exato. E inclusive eram assassinatos frios, como o do Laffayette Fonseca, no Rio de Janeiro, como o do jornalista Callado, do Ceará, o Rossi e o Marma aqui em São Paulo, Dioclécio Santana e outros. Os reacionários faziam isso que era para instaurar o terror e intimidar as forças democráticas da época. Também dissolviam comícios à bala, como, por exemplo, um comício na Esplanada do Castelo, no qual mataram Zélia Magalhães...

RSP: No Largo da Carioca?

João Amazonas: Não, no Largo da Carioca não. O comício do Largo da Carioca foi outro comício dissolvido à bala, fato que inclusive gerou uma grande polêmica durante a Constituinte. Esse comício ao qual estou me referindo foi feito ali onde era a sede da “Tribuna da Imprensa”, naquela Avenida onde se localizavam os Ministérios. Realizávamos um grande comício, quando a polícia chegou e dissolveu o comício à bala. Naquela época era algo até certo ponto comum, a dissolução de comícios à bala pela polícia.

RSP: Consultando os “Anais da Constituinte” notamos que os comunistas por várias vezes ocuparam a tribuna para protestar contra essas violências (inclusive o Sr. mesmo ocupou várias vezes a tribuna para protestar) cometidas pela polícia contra o movimento popular. Agora, o que a gente vê também é que os comunistas atribuíam freqüentemente essa repressão à “meia

dúzia de elementos fascistas” infiltrados no governo. O Sr. hoje concorda com esse diagnóstico?

João Amazonas: Não. Não eram “meia dúzia de fascistas”. O que havia de fato era uma estratégia do governo Dutra de eliminar pela força os comunistas. Ele implantou um regime de terror no Brasil, inclusive intervindo em centenas de sindicatos, destituindo as diretorias eleitas pelos trabalhadores etc. E os comunistas não só protestavam, como também participavam dos atos de massa, inclusive arriscando a vida em muitos casos. Muitas vezes falar em certos comícios era se sujeitar a levar um tiro. Mas mesmo assim nós procurávamos dar ressonância a esse movimento popular na Assembléia. Esse é um período do qual não se fala muito na história do país, mas foi um período repressivo em que a reação reprimiu duramente o movimento popular, inclusive matando cerca de trinta filiados do PCB.

RSP: Inclusive um suplente de deputado (Trifino Correia, do PCB/RS) chegou a ser preso em pleno processo constituinte...

João Amazonas: Não me recordo muito desse episódio. Mas a repressão violenta contra os trabalhadores aconteceu em massa, tanto durante como após os trabalhos constituintes. Mataram, por exemplo, cinco mulheres no Rio Grande do Sul, em Livramento, fazendo campanha eleitoral. Atiraram naquele portuário que ficou paraplético para o resto da vida, também no Rio Grande do Sul. Foi uma barbaridade mesmo o que fez o governo Dutra: uma estratégia orientada para deter pela força o crescimento do movimento comunista, democrático e popular no Brasil.

RSP: E os demais partidos da Assembléia, eles não protestavam contra essas violências? A UDN, por exemplo, que era um partido que lutou pela democracia, não protestava contra as violências?

João Amazonas: Veja bem: as classes dominantes brasileiras sempre encontraram uma forma de esquivar-se, de omitir-se quanto à defesa das vítimas de perseguições políticas. Alguns deputados isolados de diferentes partidos protestavam, mas a maioria não tomava conhecimento. Dentre estes que protestavam contra as

violências policiais, destacava-se Domingos Velasco, um deputado eleito pela Esquerda Democrática do estado de Goiás, que inclusive era amigo pessoal do Prestes.

RSP: Hermes Lima, também...

João Amazonas: É. O Hermes Lima ficava no meio do caminho mas às vezes protestava, ajudava também. O Café Filho (PSP/RN), naquele tempo fazia uma profissão de fé democrática, tinha uma postura democrática e muitas vezes se solidarizava com os trabalhadores. E alguns outros parlamentares isolados. Mas o grosso da Assembléia Constituinte se omitia, pura e simplesmente.

RSP: Então a campanha pela cassação do PCB já havia começado durante os trabalhos constituintes? Essa ofensiva contra os comunistas começou já durante os trabalhos constituintes?

João Amazonas: É evidente que sim. Isso tudo era preparação também para nos excluir já da Assembléia Constituinte. Ao longo de todo o processo constituinte houve uma grande hostilidade aos comunistas, uma tentativa sistemática de cercear a palavra dos comunistas. Enfim, não conseguiram. E nós fomos até a promulgação da Constituição. A Constituição de 1946 foi assinada por toda bancada, havíamos colaborado em sua feitura, e isso era amplamente reconhecido por toda a Assembléia: o papel que nós havíamos desempenhado na elaboração da Carta, na discussão de temas nacionais e na apresentação de sugestões à Constituição. Então, uma vez promulgada a Constituição, a Constituinte se transformou em Câmara Federal e o Senado passou a funcionar separadamente. E foram marcadas, pela Constituição, as eleições para ampliar o número de deputados federais, para deputados estaduais, para prefeitos e para vereadores, em todo o Brasil. Essas eleições se realizaram em janeiro de 1947, logo após a Constituinte. E para se ter uma idéia de como o povo respondeu a esses acontecimentos, basta ver que o êxito do Partido nas eleições de janeiro de 1947 foi muitas vezes superior aos êxitos eleitorais que tínhamos obtido em 1945. Nós elegemos uma grande bancada, a maioria, na Assembléia Legislativa de Pernambuco; fomos o primeiro partido no Rio de Janeiro, a capital da República, elegendo 18 dos 50 vereadores. Elegemos o

primeiro prefeito operário no Brasil, que foi o Armando Mazzo, de Santo André. Enfim, o resultado foi uma vitória espetacular nossa. Em todo o país as nossas forças tinham se multiplicado enormemente. Veja como é a história de nosso país: os comunistas, apoiados no povo, embora num ambiente relativamente hostil, iam se transformando pouco a pouco num Partido de expressão nacional, num Partido forte. Foram êxitos significativos, e isso mais uma vez assustou as forças conservadoras e as classes dominantes do país. Desde esse momento Dutra decidiu cassar o registro do Partido e os mandatos de todos os deputados eleitos, inclusive dos vereadores e do prefeito de Santo André.

RSP: E como foi o processo de cassação do PCB?

João Amazonas: A ofensiva política para a cassação do Partido ocorreu logo após o término dos trabalhos constituintes. Porque a Carta é assinada em setembro de 1946 e, já em maio de 1947, foi cassado o registro do Partido. Diga-se de passagem que o Partido foi cassado através de uma operação que podemos qualificar de vergonhosa, tanto do ponto de vista político quanto do jurídico, com uma brutal intervenção do governo Dutra no Judiciário e no Legislativo. A composição inicial do Supremo Tribunal Eleitoral (que decidiu pela cassação do Partido) era em certo sentido democrática. A primeira tentativa que fizeram de cassação deu 3 a 2 a nosso favor. Então o Dutra simplesmente substituiu um ministro e transformou a votação em 3 a 2 para eles e, com isso, cassou o registro do Partido. Quer dizer, houve uma manipulação grosseira do Judiciário. No que se refere ao Legislativo, também houve uma pressão brutal do governo Dutra. Um senador reacionário eleito pelo PSD de Santa Catarina (parece que se chamava Ivo de Aquino ou coisa parecida) foi o encarregado de apresentar o projeto determinando a cassação dos mandatos, que foi apoiado inclusive por uma grande parcela da bancada udenista no Congresso.

RSP: E o Sr. considera que as declarações do Prestes acerca do eventual posicionamento do PCB numa hipotética guerra do Brasil contra a URSS tiveram um papel decisivo nesse processo?

João Amazonas: As forças reacionárias na época utilizavam tudo o que podiam de declarações do Partido e de atitudes nossas no movimento de massas da época, para atacar os comunistas, aproveitavam tudo. E, ainda durante os trabalhos constituintes, apareceu uma discussão na Câmara sobre o problema da guerra. Então alguns deputados da UDN e do PTB (senão me engano os petebistas Segadas Vianna e Barreto Pinto, e o udenista Juraci Magalhães) fizeram uma provocação ao Prestes. O Prestes estava na tribuna discursando e o Juraci Magalhães (UDN/BA) formulou uma pergunta mais ou menos assim: “se houvesse uma guerra entre o Brasil e a Rússia, que posição o Sr. tomaria: o Sr. ficaria com o Brasil ou com a Rússia?”. Ora, qualquer pessoa politicamente mais experiente sairia dessa pergunta dizendo que se estava formulando uma equação que não poderia ser resolvida dessa maneira etc. Mas eu acho que Prestes, levado talvez por sentimentos de internacionalismo proletário, respondeu de forma um pouco dúbia à pergunta. Ele não fez uma afirmação categórica: “Eu ficaria ao lado da Rússia contra o Brasil”. Ele não fez essa afirmação. Mas como argumentou que essa guerra não se daria nunca, porque a União Soviética jamais atacaria o Brasil (o argumento principal dele foi esse), então eles interpretaram que o Prestes, dizendo isso, se colocava a favor da Rússia, contra o Brasil. Essa foi a interpretação dada por eles, pela reação, e que teve um grande destaque na imprensa burguesa da época, foi publicada em todos os jornais etc. E essa manipulação grosseira das declarações de Prestes naturalmente teve uma repercussão negativa, principalmente nos setores mais atrasados das massas, embora boa parte da opinião pública não acreditasse muito nisso, já que havia uma grande simpatia à União Soviética entre a população. Em suma: essas declarações do Prestes foram amplamente exploradas com visíveis intenções malévolas, e se difundiu a idéia de que elas teriam sido responsáveis pela cassação do Partido. Mas de fato o principal responsável pela cassação do Partido foi o caráter conservador e reacionário do governo Dutra. Essas declarações de Prestes foram apenas o pretexto de que eles se utilizaram na época para cassar o registro do Partido, assim como já haviam se utilizado anteriormente do “Plano Cohen” para implantar o Estado Novo,

em 1937. Seja como for, cassaram o registro do Partido mas nós continuávamos deputados. E mais: nessa eleição de 1947 havia aumentado a bancada. Numa coalizão que nós fizemos com o Ademar de Barros, em São Paulo, nós elegemos mais dois deputados federais: o Pedro Pomar e o Diógenes Arruda, que inclusive cumpriram o mandato durante os quatro anos, não foram cassados. E nós, que éramos 14, passamos para 16 deputados. Mas Dutra nunca desistiu do seu ódio contra os comunistas. E, após a cassação do registro (em decorrência dessa vitória de 1947), ele decidiu também cassar os mandatos dos deputados comunistas. E aí começou a batalha pela cassação de nossos mandatos, que foi até janeiro de 1948. Logo no começo de janeiro de 1948 foram cassados os mandatos de toda bancada comunista, exceto os de Pomar e de Arruda, porque eles tinham sido eleitos pela legenda do Partido Social Progressista (PSP), que era o partido de Ademar de Barros, um líder populista de São Paulo. E não somente os mandatos foram cassados. Em seguida, o governo Dutra conseguiu na justiça outro processo forjado contra os comunistas e foi decretada a prisão preventiva de toda a direção do Partido. Quer dizer, tivemos de passar mais uma vez à clandestinidade, pois todos os dirigentes do Partido tinham ordem de prisão preventiva. O Partido passou então para a ilegalidade, para a clandestinidade, e foi vítima de uma perseguição tenaz, que durou um longo período que vai até depois da posse de Juscelino Kubitschek. Nós apoiamos Juscelino nas eleições para presidente da República. E ele dizia que, caso fosse eleito, iria terminar com essa perseguição, que ele achava absurda, injusta, antidemocrática, contra os comunistas. E ele de fato cumpriu o prometido. Nós havíamos contribuído com uns trezentos mil votos para a eleição dele, e ele logo depois de eleito, passados já alguns meses, influiu junto à justiça, e acabou com a perseguição. E a partir de então nós passamos a ter uma vida semi-legal e pública.

RSP: E como o Sr. explica que um Partido que teve um crescimento tão rápido e um apoio popular tão grande durante essa conjuntura tenha ido para a clandestinidade sem nenhuma reação popular ao processo de cassação? A que o Sr. atribui o fato de não ter havido uma reação po-

pular em grande escala ao processo de cassação?

João Amazonas: Como eu já disse, o Dutra implantou um regime terrorista. Matar cerca de trinta comunistas em pleno contexto de redemocratização não é pouca coisa. E tudo isso criou um ambiente de terror. E, ao contrário do que poderia se imaginar, não havia liberdade no Brasil nesse período. O governo Dutra era um regime de constante perseguição ao movimento popular, embora houvesse um Congresso funcionando, ocorressem eleições etc. Apesar de a Constituição garantir direitos democráticos, isso não existia de fato na época. E isso dificultou bastante a organização de uma resistência; não foi possível que as massas tivessem tempo para se organizar e liberdade para lutar contra essa perseguição. Elas expressavam de diferentes modos a sua reprovação à opressão, mas não foi possível organizar uma resistência maior.

RSP: Comparando o período anterior com o período atual, o Sr. acha que as circunstâncias atuais são mais difíceis ou mais fáceis para a atuação dos comunistas do que aquele período de 50 anos atrás? E como o Sr. explica o fato de o Partido Comunista ter resistido durante todos esses anos não obstante a repressão que se abateu sobre ele?

João Amazonas: No início dessa entrevista fui perguntado sobre como se explica que um Partido esmagado, arrasado, perseguido, ele renasça? O Partido Comunista renascerá sempre, porque ele é portador de uma idéia avançada, uma idéia que corresponde à marcha da história e aos interesses de nosso povo, do povo trabalhador, em liquidar com as injustiças e as desigualdades sociais. Por isso, você pode acabar com ele e ele, assim com uma Fênix mitológica, volta a renascer das cinzas. Porque a idéia comunista está sempre presente, e sempre aparecerão elementos do nosso povo, da nossa gente, prontos e dispostos a reconstruir essa organização para lutar por ideais mais elevados. Por isso, acho que não há força capaz de destruir a organização dos comunistas. A própria história de nosso Partido demonstra isso. Quantas vezes ele não foi esmagado, massacrado, brutalizado, caluniado, e nunca conseguiram liquidar com a organização. Ela sempre renasceu, e sempre renascerá com mais força do que antes. Agora,

temos que situar toda essa dinâmica em relação ao contexto histórico. A situação não está parada. Há sempre uma mudança no contexto político, no desenvolvimento da sociedade humana, e nós temos sempre de levar em consideração todas essas mudanças. Podemos dizer que há cinquenta anos, com a existência do socialismo, havia um fator de atração para as massas, já que a União Soviética era, inegavelmente, um fator de atração para as massas. Quer dizer, a União Soviética era considerada por grande parte das forças avançadas e progressistas do mundo como a grande pátria da liberdade, do progresso humano, da cultura e do futuro. Então isso era um fator que influenciava positivamente as grandes massas para aderirem ao movimento comunista. Depois do que sucedeu na União Soviética em 1956/57, passou a haver uma campanha anticomunista violenta, baseada na idéia de que o socialismo fracassou, de que não foi capaz de realizar os ideais que pregava, que o socialismo era inviável etc., etc., uma campanha que ainda hoje se faz em âmbito mundial, e que se bate em todos os tons, mais baixos, mais altos, mas que sempre está presente em toda a história do movimento de massas. Em 1943, quando reorganizamos o Partido, tínhamos a nosso favor esse ascenso do movimento democrático e do mundo socialista. Havia esse fator positivo, que nos ajudava, de certo modo. Depois, em 1956/57, passamos a ter um fator negativo: o chamado “socialismo real” já não representava essas idéias progressistas. Embora dissessem que havia um “socialismo real” nesses países, nós já nessa época desmistificávamos essa formulação, não aceitávamos essa idéia de que havia um “socialismo real” na União Soviética.

RSP: E após esses acontecimentos houve então a cisão no Partido Comunista?

João Amazonas: Exato. E então nós decidimos romper com o antigo PCB, que havia mudado de nome e de programa, e se transformado no Partido Comunista Brasileiro, adotando a linha do Kruschov, a linha revisionista do Kruschov. Nós nos opusemos a essa tendência, achamos que isso era um liquidaçãoismo do Partido fundado em 1922, e que era preciso manter e levar adiante a grande bandeira que havia sido sustentada por tantos heróis e mártires por dezenas de anos... E aí nós resolvemos reorganizar o Par-

tido em novas bases. E logo após empreendermos essa reorganização, entramos num novo ciclo repressivo e novamente outros fatores entram em ação. Depois de fazermos esse rompimento, e de reestruturar o Partido, o país cai sobre uma ditadura: vinte e um anos de ditadura terrorista, de dura repressão sobre o Partido. E aí só o que pode explicar seu ressurgimento é a força das idéias, a força das idéias socialistas e a convicção de que a brutalidade não é o permanente, que ela acabará sendo derrotada. E esse foi um momento em que não fomos só nós, mas o Brasil todo que lutou contra a ditadura militar. Eu não sou dos que acha que Mário Alves, Mari-gheila, Lamarca, VAR/Palmares etc. devam ser censurados, vilipendiados. Eu acho que todos eles lutaram bravamente contra a ditadura; podem não ter escolhido o melhor caminho, mas deram a sua vida, e não se deixaram abater pela reação; empreenderam uma luta heróica pela democracia e pelo progresso de nosso povo. E nós também demos nossa contribuição nessa luta pela democracia que foi a guerrilha do Araguaia, um movimento exponencial em todo esse contexto. Inclusive alguns militares admitem nesse livro *Anos de chumbo*² que a guerrilha do Araguaia teve um papel determinante no aparecimento do projeto do general Ernesto Geisel de se fazer uma programa gradual de redemocratização e de abertura política do país. E hoje o nosso Partido tem influência, tem o seu espaço no cenário político brasileiro. Pela primeira vez na história do movimento comunista no Brasil nós temos dez anos de vida legal. Nunca houve isso em toda a história brasileira, e essa já é uma conquista das forças democráticas de nosso país. Acho que nesses dez anos, embora o Partido tenha encontrado situações adversas, ele tem conseguido avançar bastante, não há dúvida. Hoje a sociedade brasileira sabe o que é o Partido Comunista do Brasil, conhece o PCdoB, o papel que ele joga, as idéias que ele defende. Pode não estar de acordo, mas a sociedade brasileira reconhece o PCdoB como uma corrente combativa, respeitada e honesta

² Trata-se do título: Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

no cenário nacional.

RSP: E como o Sr. vê a atuação do PCdoB no atual contexto político?

João Amazonas: Acho que a evolução recente do capitalismo, que levou a esse novo contexto mundial, a esse processo de difusão do chamado “neoliberalismo”, é, na verdade, a terceira grande ofensiva do imperialismo contra a independência dos povos. Uma nova tentativa de domínio mundial pelos grandes oligopólios internacionais. E tudo isso levanta, sem dúvida nenhuma, o sentimento nacional, por toda a parte. Engana-se quem pensa que no Brasil não existe esse sentimento nacional. Existe e ele é forte. Queremos viver de acordo com a nossa cultura, com a nossa formação histórica, nós queremos ser brasileiros e não escravos ou dependentes de quem quer que seja. Por isso, existe essa força realmente poderosa que ajuda as nossas posições. A luta ainda existe. Nós não podemos dizer ainda que as forças conservadoras, reacionárias, baixaram a guarda contra os comunistas e assistem essa ação legal do Partido como alguma coisa natural. Não. Está sempre presente a tentativa de restringir, de cercar a ação política dos comunistas. Essas reformas que volta e meia ressurgem no Congresso de tentar estabelecer uma série de barreiras, proibir coligações partidárias etc., são um bom exemplo de restrições antidemocráticas que visam antes de tudo os partidos de esquerda e, principalmente, os comunistas. Acho, portanto, que se trava no Brasil atual uma batalha política de enorme significação que só vai ser decidida quando o Brasil de fato mudar de rumo, quando o Brasil encontrar outro caminho para afirmar sua independência nacional e para solucionar de uma vez por todas as enormes injustiças e desigualdades sociais que ainda vitimam o nosso povo.

RSP: A última pergunta que gostaríamos de fazer vai no sentido de saber quais as grandes lições que, de seu ponto de vista, a Constituinte traz para a luta transformadora atual. Lênin formulou um conceito que ele utilizava bastante às vésperas da eclosão da Revolução Russa, que era o conceito de “ilusões constitucionistas”; ele escreveu vários textos na fase anterior à eclosão da Revolução Russa advertindo o Partido Bolchevique contra os riscos dele ser possuído

por ilusões constitucionistas. Eu gostaria de saber se, baseando-se nessa análise do Lênin, o Sr. poderia extrair alguma lição da luta do Partido Comunista do Brasil na Constituinte de 1946 para a prática política atual dos comunistas.

João Amazonas: Veja bem: Lênin sempre defendeu a participação dos comunistas nos órgãos Legislativos, sempre se opôs ao boicote da Duma e a coisas desse gênero na Rússia daquele tempo. Ele considerava que esses órgãos eram pelo menos uma tribuna onde os comunistas poderiam se dirigir às grandes massas do povo. Penso que a nossa experiência de 1946 serviu para mostrar que é possível abrir espaços nessa direção, ou seja, que é possível utilizar o Parlamento, o Congresso, como um elemento, como um fator importante para o desenvolvimento da cultura política do nosso país e do nosso povo. Essa participação ajuda inclusive os comunistas a conhecerem melhor as engrenagens do poder e como se dirige toda essa enorme máquina estatal. Embora não se possa dizer que a plataforma da Constituinte de 1946 possa ser transposta para os dias atuais (já que a situação mudou bastante), eu acho que o aspecto democrático da Constituinte de 1946, esse sim, é um aspecto válido como um elemento que deve ser valorizado também para os dias de hoje. Por isso, penso que a nossa atuação vai ser sempre no sentido de valorizar os órgãos de representação política como um elemento importante para a luta do nosso povo, embora essa luta não se baseie exclusivamente na ação parlamentar, que é apenas um dos elementos da luta política. Mas é um elemento de grande importância; joga o seu papel e a gente tem de saber valorizá-lo. É claro que a concorrência é muito grande, que a forma como se organizam atualmente as eleições não permitem que um Partido como o nosso consiga suplantar candidatos reacionários, amplamente auxiliados pelo poder econômico. A maior parte dos candidatos conservadores são apoiados por uma ampla máquina estatal, pelo poder econômico de fazendeiros, banqueiros etc., de modo que é difícil para candidatos desconhecidos, sem o auxílio da mídia e de toda essa máquina política, serem bem sucedidos eleitoralmente. Mas mesmo assim, aos poucos, vamos vencendo estas dificuldades, vamos superando esses obstáculos e vamos divulgando

nossas idéias para camadas cada vez mais amplas da população. Quer dizer, apesar das dificuldades, vão-se abrindo espaços. Outra lição da Constituinte de 1946 é que é preciso manter uma relação aberta com as outras forças políticas. Os comunistas não podem se isolar como uma bancada, um grupo à parte, à margem e diferente de todo mundo. Não podemos ter um comportamento sectário, como muitas vezes tivemos no passado. É preciso manter relações abertas com as outras correntes políticas e saber trabalhar com elas. Acho que essa também é uma lição que vem da Constituinte de 46 e que hoje, sem a menor dúvida, utilizamos amplamente.

RSP: O Sr. gostaria de acrescentar mais alguma coisa ou fazer mais alguma observação adicional à entrevista?

João Amazonas: Gostaria de enfatizar que todos os fatos históricos sobre os quais falamos revelam que, durante décadas, a história de nosso país foi pontilhada por ações agressivas das

classes dominantes contra a democracia e os direitos dos trabalhadores. Em especial os comunistas estiveram no alvo dos ataques antidemocráticos dos governos reacionários. Isto correspondeu, sobretudo no período posterior à Segunda Grande Guerra, ao ambiente anticomunista a nível mundial, forjado pelo imperialismo norte-americano. As novas gerações precisam conhecer a história, o papel dos comunistas, as perseguições de que foram vítimas e também as suas vitórias, bem como a contribuição que deram e dão à luta pela democracia e pelo progresso social em nosso país. Não tive aqui a pretensão de contar a história, nem de dar a palavra final sobre episódios controversos por sua própria natureza. Há vários livros e documentos oficiais do Partido onde a narrativa e a interpretação da história foram feitas segundo a visão desse grande coletivo que é o Partido Comunista do Brasil. Nesta entrevista, preocupei-me apenas em dar um depoimento pessoal e minha visão sobre episódios nos quais tive participação direta.

Sérgio Soares Braga é Mestre em Ciência Política (UNICAMP) e Professor de Ciência Política da UFPR.

Luciano Cavini Martorano é Bacharel em Ciências Sociais (UNICAMP) e Pós-Graduando em Ciência Política na UNICAMP.